

Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis Integradas na Região Hidrográfica 4

Parte 2 – Caracterização Geral e Diagnóstico

7.3.7 - Comunicação e Governança

Junho de 2012
(Revisão Final)



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

ÍNDICE

7.3. Diagnóstico por área temática	7
7.3.7. Comunicação e governança	7
7.3.7.1. Indicadores de caracterização	8
7.3.7.2. Análise SWOT.....	11
7.3.7.3. Questões significativas e causas	12

Referências Bibliográficas

QUADROS

Quadro 7.3.7. 1 – Indicadores quantitativos de caracterização e diagnóstico da Comunicação e Governança	10
Quadro 7.3.7. 2 – Indicadores qualitativos de caracterização e diagnóstico da Comunicação e Governança.....	11
Quadro 7.3.7. 3 – Análise SWOT da Comunicação e Governança	11
Quadro 7.3.7. 4 – Questões significativas relacionadas com a comunicação e governança	13

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ARH – Administração de Região Hidrográfica

CRH – Conselho da Região Hidrográfica

DQA – Diretiva-Quadro da Água

GNR – Guarda Nacional Republicana

MTD's – Melhores Técnicas Disponíveis

PGBH – Plano Gestão da Bacia Hidrográfica

QUAR – Quadro de Avaliação Estratégica e Responsabilização

RH – Recursos Hídricos

RH4 – Região Hidrográfica 4

SEPNA – Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente

FICHA TÉCNICA

Cliente

ARH Centro, I.P. – Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.

Referência do Projeto

Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do Vouga, Mondego e Lis

Descrição do Documento

Diagnóstico da Comunicação e Governança – Área Temática 7

Referência do Ficheiro

RH4_P2_S7_3_7_RT_final.docx

N.º de Páginas

15

Autores

Dr. José Carlos Correia

Outras Contribuições

Eng.º Rui Coelho

Eng.ª Elisabete Raimundo

Diretor de Projeto

Eng.º Rui Coelho

Data da 1.ª versão

29 de Março de 2011

REGISTO DE ALTERAÇÕES

Revisão / Verificação	Data	Responsável	Descrição
01	30/06/2011	José Correia	Revisão dos indicadores tendo por base as alterações na Caracterização Específica
02	26/09/2011	José Correia	Revisão com base no Parecer Final da ARH do Centro
Final	Junho 2012	José Correia	Revisão Final

7.3. Diagnóstico por área temática

7.3.7. Comunicação e governança

O atual quadro legal da gestão da água é composto por um conjunto alargado de diplomas, que teve origem na Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000, também designada Diretiva-Quadro da Água (DQA). A DQA estabeleceu um quadro de ação de âmbito comunitário para o domínio da política da água que constitui hoje a ferramenta principal para a gestão integrada dos recursos hídricos.

A DQA foi transposta para o direito nacional pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro (Lei da Água), complementada pelo Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de Março.

A DQA e a Lei da Água introduziram novos conceitos e estratégias para a gestão e proteção dos recursos hídricos, designadamente a introdução do estado ecológico como medida de avaliação do estado das massas de água superficiais, a aplicação do princípio de recuperação do custo dos serviços hídricos e a promoção da participação pública na gestão da água.

A constituição das ARH, criadas pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, foi determinada e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, com o objetivo de prosseguirem com as atribuições em matéria de planeamento, licenciamento, fiscalização, monitorização dos recursos hídricos e gestão de infraestruturas do domínio hídrico nas respetivas regiões hidrográficas. Entre essas atribuições, a Lei da Água, na alínea a) do n.º 6 do artigo 9.º, e o Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º, consagram a elaboração e execução dos planos de gestão de bacias hidrográficas.

Neste âmbito, foi criada e constituída a ARH do Centro, I.P., com sede em Coimbra, para o exercício das respetivas competências e atribuições na área territorial abrangida pela RH4.

Segundo o Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, as ARH, I. P., foram criadas para com especial “motivação para a construção de uma perspetiva de gestão integrada dos recursos hídricos, baseada na cooperação com os diferentes utilizadores, públicos ou privados”. Para tal, na sua formação estabeleceu-se um nível de proximidade elevado entre quem decide e quem executa, para “garantir a integração intersectorial, a compatibilização de interesses divergentes e que, simultaneamente, confira uma responsabilidade partilhada para a consecução de objetivos ambientais”.

Para assegurar o seu sucesso é de fundamental importância a participação de todos os atores e interessados, pelo que há um especial empenho na disponibilização e acesso do público à informação sobre os recursos hídricos.



Sem prejuízo do trabalho já feito pela ARH do Centro nesta matéria, importa identificar as lacunas ou os aspetos positivos passíveis de potenciar nas ações e ferramentas disponíveis e dar especial enfoque à elaboração do PGBH do Vouga, Mondego e Lis e ao seu seguimento durante a sua implementação.

Este aspeto toma especial relevância se atendermos a que entre os objetivos deste projeto está a promoção do acesso à informação e à participação pública nos processos de tomada de decisão e na definição de instrumentos de gestão, incluindo as entidades gestoras, os grupos de interesse e os utilizadores da água.

7.3.7.1. Indicadores de caracterização

De acordo com “Relatório de Atividades de 2009” elaborado pela ARH do Centro, já foram definidos objetivos estratégicos e operacionais relacionados com a promoção da cidadania e acesso do público à informação sobre os recursos hídricos e o seu planeamento.

A ARH do Centro possui também um conselho consultivo, o Conselho de Região Hidrográfica (CRH), no qual estão representados os ministérios, outros organismos da Administração Pública e os municípios diretamente interessados e as entidades representativas dos principais utilizadores relacionados com o uso consumptivo e não consumptivo dos recursos hídricos, bem como as organizações técnicas, científicas e não governamentais representativas dos usos da água na região hidrográfica.

No âmbito da comunicação e governança a ARH do Centro definiu como principais objetivos estratégicos:

- Promover a cidadania aumentando o nível de acesso à informação via *internet*;
- Promover a cidadania, aumentando o grau de informação, consulta e participação pública na gestão dos recursos hídricos.

Associados aos objetivos estratégicos, a ARH do Centro identificou objetivos operacionais e indicadores, de eficácia, eficiência e qualidade. A ARH do Centro define ainda, para cada ano, as metas a serem cumpridas no ano seguinte e as principais medidas e ações a implementar para atingir os objetivos propostos. Os resultados obtidos relativos aos indicadores são apresentados no Quadro de Avaliação Estratégica e Responsabilização (QUAR), de acordo com o previsto na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, bem como na Deliberação do Conselho de Ministros n.º 772/2007, de 27 de Dezembro de 2007, sendo disponibilizados no Portal da ARH do Centro.

A análise geral dos QUAR (2009, 2010) permite constatar que houve um esforço considerável por parte da ARH Centro para concretizar estes objetivos, nomeadamente com a disponibilização do portal de *internet* e a crescente disponibilização de informação sobre os recursos hídricos, a dinamização do CRH e a promoção de ações de sensibilização e divulgação da região hidrográfica.

No entanto a ARH do Centro tem ainda outros mecanismos de relacionamento com o público e com os utilizadores, nomeadamente ao nível das suas responsabilidades de fiscalização direta e indireta, nomeadamente através dos serviços especializados da GNR na área ambiental, o SEPNA.

A ARH do Centro tem feito um esforço considerável na promoção da cidadania, aumentando o grau de informação, consulta e participação pública na gestão dos recursos hídricos, nomeadamente a nível do desenvolvimento de um sistema de informação *on-line*, onde os cidadãos/utentes tenham acesso fácil não só a dados relativos aos recursos hídricos da região, como aos serviços disponibilizados pela ARH do Centro.

As metas para o número de parcerias estabelecidas com entidades públicas ou privadas, em 2009 e 2010, foram superadas. Em 2009 foram estabelecidas 4 parcerias e em 2010, 5. As parcerias com entidades públicas ou privadas com o objetivo de melhorar a capacitação técnica e o conhecimento sobre os recursos hídricos foram, fundamentalmente, desenvolvidas no âmbito da colaboração em projetos de investigação.

No Quadro 7.3.7. 1 apresentam-se sintetizados alguns indicadores quantitativos de caracterização e diagnóstico da Comunicação e Governança da ARH do Centro, considerando a disponibilidade de dados para a sua quantificação.

Da sua análise ressalta a insuficiência de dados para vários indicadores relevantes e a ausência de dados desagregados por bacia e sub-bacia. Assim, as linhas gerais de ação deverão visar não só aumentar a abrangência da análise suprimindo as lacunas de dados para vários indicadores, assim como fazer a sua desagregação para permitir uma análise mais objetiva e diferenciada, em função das diferenças territoriais na temática dos recursos hídricos.



Quadro 7.3.7. 1 – Indicadores quantitativos de caracterização e diagnóstico da Comunicação e Governança

Indicador	Unidade	Área do PGBH	
		2009	2010
Pressão			
Reclamações e forma da reclamação (correio eletrónico, telefone, carta)	N.º	n.d.	n.d.
Ações de fiscalização realizadas	N.º	168	332
Estado			
Reuniões do CRH	N.º	3	3
Participantes nas Reuniões do CRH	N.º médio / reunião	32	34
Parcerias com entidades públicas e privadas	N.º	4	5
Ações de sensibilização e divulgação	N.º	22	14
Visitas ao Portal da ARH do Centro	N.º	---	23910 ⁽¹⁾
Documentos/Relatórios sobre o estado da RH divulgados	N.º	89	97
Resposta			
Ações de divulgação e promoção da elaboração de planeamento dos RH	N.º	n.d.	n.d.
Participações escritas na elaboração de planeamento dos RH	N.º	n.d.	n.d.
Consultas a documentos relativos à elaboração de planeamento dos RH, via portal da ARH do Centro	N.º	n.d.	n.d.
Reuniões de divulgação durante a elaboração de planeamento dos RH	N.º	n.d.	n.d.
Participantes em reuniões técnicas, durante a elaboração de planeamento dos RH	N.º	n.d.	n.d.

Fonte: ARH do Centro; (1) Dados de acesso geral, que incluem os acessos internos e do público em geral; n.d. – dados actualmente não contabilizados.

Quadro 7.3.7. 2 – Indicadores qualitativos de caracterização e diagnóstico da Comunicação e Governança

Indicador	Descrição
Órgãos consultivos	Conselho da Região Hidrográfica (CRH) do Centro Conselho consultivo da Ria de Aveiro
Entidades com as quais a ARH do Centro tem parcerias para reforçar a fiscalização	Cooperação com o SEPNA Cooperação com a Autoridade Marítima
Responsáveis pela aplicação da DQA	Principais responsáveis - INAG e ARH

7.3.7.2. Análise SWOT

No Quadro 7.3.7. 3 sistematiza-se o diagnóstico relativo à comunicação e governança, recorrendo a uma análise SWOT, realizada com base em informação disponibilizada pela ARH do Centro, no Relatório de Atividades de 2009 e nos Planos de Atividades de 2010 e 2011 da mesma entidade e no documento “Questões Significativas da Gestão da Água” desenvolvido pelo INAG (2009) com o apoio da ARH do Centro.

Quadro 7.3.7. 3 – Análise SWOT da Comunicação e Governança

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> – Nova visão da temática dos recursos hídricos, decorrente da DQA e da Lei da Água, relativa à informação e divulgação pública. – Aplicação de regime económico e financeiro às utilizações da água, com base nos princípios do utilizador-pagador e do poluidor-pagador. – Promoção da cidadania, aumentando o grau de informação, consulta e participação pública na gestão dos recursos hídricos. – Promoção de parcerias com outras entidades públicas e privadas. – Participação alargada e responsabilização dos vários atores com responsabilidades na gestão e planeamento dos recursos hídricos, através do CRH. – Crescente disponibilização de informação atualizada sobre o estado dos recursos hídricos. – Interesse histórico do público em geral na temática dos recursos hídricos. 	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de cultura participativa da sociedade em geral, em processos de planeamento e gestão. – Dispersão ou falta de informação sobre os recursos hídricos, disponível ao público. – Pouco interesse e/ou reduzida participação dos atores intervenientes na temática dos recursos hídricos. – Necessidade de organizar a informação sobre os recursos hídricos, de forma sistemática e acessível. – Insuficiente consciência ambiental na utilização dos recursos hídricos.



Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">– Oportunidade para alterar procedimentos e regras no âmbito de os adaptar às exigências legais comunitárias e nacionais mais recentes, dada a existência de um quadro legal abrangente, que integra diversas áreas relacionadas com a gestão dos recursos hídricos.– Interação entre instituições responsáveis pela gestão de recursos hídricos mais intensa e articulada.– Sistematização de informação sobre os recursos hídricos e sua disponibilização pública.– Crescente sensibilização da população sobre os problemas de poluição e escassez da água.– Consciencialização dos utilizadores para a necessidade da preservação da água, em qualidade e quantidade – adoção de MTD's e custo económico da água.– Internalização dos custos e benefícios associados à utilização da água.– Responsabilização dos vários atores com responsabilidades na gestão dos recursos hídricos.– Implementação facilitada de medidas de gestão dos recursos hídricos.	<ul style="list-style-type: none">– Dificuldade de investimento imediato dos utilizadores na adoção de MTD's.– Dificuldade na aceitação do regime económico e financeiro da água.– Resistência à responsabilização dos utilizadores na adoção de medidas de gestão específicas, com interferência direta nas suas atividades.– Dificuldade ou resistência à disponibilização de dados de utilização dos recursos hídricos, numa base mais alargada.– Meios insuficientes para a recolha, organização e disponibilização de informação sobre os recursos hídricos, de forma sistemática.

7.3.7.3. Questões significativas e causas

No documento “Questões Significativas da Gestão da Água - Região Hidrográfica do Vouga, Mondego, Lis e Ribeiras do Oeste”, de Janeiro, 2009, elaborado pelo INAG com o apoio da ARH do Centro, são igualmente identificados pontos fortes e fracos com base em indicadores que estimam:

- A eficiência das fiscalizações;
- A medição e autocontrolo das captações de água e descargas de águas residuais.

No Quadro 7.3.7. 4 apresenta-se uma síntese das principais causas que determinaram que alguns pontos fracos indicados tenham sido identificados como questões significativas da gestão da água na RH4.

Quadro 7.3.7. 4 – Questões significativas relacionadas com a comunicação e governança

Questões Significativas	Causas
Fiscalização insuficiente e/ou ineficiente	<ul style="list-style-type: none"> – Meios humanos, técnicos e logísticos insuficientes (principal causa). – Alguma dificuldade na articulação com outros serviços/entidades com competência nas áreas da fiscalização e. – Dificuldade de desenvolvimento dos processos de contraordenação. – Alguma dificuldade de resposta atempada a reclamações atendidas.
Medição e autocontrolo insuficiente e/ou ineficiente	<ul style="list-style-type: none"> – Algumas captações de água não incluem a medição de caudais captados, desconhecendo-se com rigor suficiente os consumos e as perdas e desperdícios de água em termos quantitativos. – Descargas de águas residuais sem autocontrolo ou com autocontrolo em inconformidade. – Pedidos de renovação dos títulos com alguma frequência não são requeridos nos prazos.

Referências Bibliográficas

INAG (2009) - “Questões Significativas da Gestão da Água - Região Hidrográfica do Vouga, Mondego, Lis e Ribeiras do Oeste”, Janeiro de 2009.

ARH do Centro (2009) – “Relatório de Atividades de 2009”.

ARH do Centro (2009) - “Relatório sobre as Atividades Desenvolvidas no Âmbito da Ria de Aveiro”.

ARH do Centro (2010) – “Plano de Atividades de 2010”.

ARH do Centro (2009) – “Quadro de Avaliação Estratégica e Responsabilização”.

ARH do Centro (2010) – “Quadro de Avaliação Estratégica e Responsabilização”.

[http://www.arhcentro.pt/website/ARH do Centro/Dep. Financeiro Administrativo e Juridico/QUAR.aspx](http://www.arhcentro.pt/website/ARH_do_Centro/Dep._Financeiro_Administrativo_e_Juridico/QUAR.aspx)